

Possibilidade Ontológica do Conhecimento¹

Cristina Paniago²

Um elemento de fundamental importância e de distinção entre as diversas metodologias é a pressuposição, ou não, no momento de se conceber o como se conhece, da possibilidade do conhecimento do real efetivamente existente.

As principais propostas metodológicas contemporâneas permanecem ou no terreno do empirismo clássico (apenas o singular é considerado como objeto do conhecimento, pois o único capaz de ser comprovado pela experiência), ou sob influência de Kant (é impossível conhecer a coisa-em-si, mas apenas as sensações que o objeto proporciona ao sujeito) ou, ainda, do hegelianismo (o sujeito processa seu auto-conhecimento ao identificar-se com o objeto).

Em contraste com todas essas correntes - e suas inúmeras variações -, é possível conceber, com base em Marx, uma proposta metodológica onde o conhecimento do real efetivamente existente, em suas dimensões singulares e universais, torna-se imprescindível à transformação da natureza e das relações entre os homens.

Já em suas obras da juventude, em debate travado com seguidores de Hegel, Marx rechaça veementemente a identificação entre o sujeito e o objeto. Numa passagem de *A Sagrada Família*, afirma que os filósofos especulativos conseguem explicar a atividade de identificar as diferenças do objeto como a auto-atividade do sujeito absoluto, como mero resultado de seu “*próprio intelecto abstrato*”, o que, segundo ele, na “terminologia especulativa, [significa] conceber a substância como sujeito, como processo interior, como pessoa absoluta, concepção que forma o caráter essencial do método hegeliano”.³

Para os “especulativos”, o movimento do pensamento do abstrato ao concreto, ao invés de reconhecer o real autonomamente existente, antes o define como um “concreto espiritual”, ainda cativo de determinações etéreas, subjetivamente construídas. O movimento de conhecimento do real acaba por retornar ao plano da subjetividade, com o que está definitivamente perdido o acesso ao ser-precisamente-assim existente.

No mesmo texto, na exemplificação dada sobre a “encarnação da substância, da fruta absoluta” e suas “cristalizações plasmadas” (a pêra e a maçã), Marx faz uma bem humorada referência às afirmações dos filósofos especulativos:

O que, por conseguinte, nos alegra na especulação é voltar a encontrar-nos com todas as frutas reais, porém como frutas dotadas de uma significação mística mais alta, que brotam do éter de nosso cérebro, e não do solo material, que são encarnações da *fruta*, do sujeito absoluto.⁴

Segundo Marx, o idealismo desses filósofos os leva a ignorar as determinações do mundo real existente, concebendo a realidade como produto do pensamento. Rejeitam o enfrentamento do real enquanto objeto do conhecimento, esgueirando-se por um caminho onde “a especulação cria seu objeto *a priori*”, e é “[obrigada] a construir como absolutamente necessárias e gerais as determinações mais fortuitas e individuais do objeto”.⁵ Em definitivo, para essa corrente, no processo de conhecimento não comparece o mundo objetivo independentemente do sujeito enquanto agente do ato cognoscitivo.

¹ Capítulo publicado na coletânea : Lessa, S. (org.). *Habermas e Lukács: método, trabalho e objetividade*. Maceió:EDUFAL, 1996.

² Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – 1996.

³ Marx, C., Engels, F. *La Sagrada Família*. México: Ed. Grijalbo, 1960, p. 125.

⁴ Idem, ibidem, p. 124.

⁵ Idem, ibidem, p.126.

Configura-se, assim, a inconciliável diferença entre o pensamento especulativo e os pressupostos metodológicos desenvolvidos por Marx. Para ele, o objeto real efetivamente existente se diferencia ontologicamente do objeto do conhecimento. Contudo, cabe à subjetividade capturar o real sem que, por isso, com ele se identifique. À subjetividade resta extrair do mundo objetivo todo o conhecimento necessário à reprodução social.

Em um conhecido texto de sua maturidade, os *Grundrisse*, Marx trata de como a subjetividade captura gnosiologicamente o real. Inicia assinalando que, no estudo da Economia Política, ao se utilizar o conceito de *População* sem determinar seus elementos constitutivos, este não passaria de uma abstração caótica e vazia de significado real. A “representação plena” estaria volatilizada e carente das determinações indispensáveis ao conhecimento do objeto pela consciência.

Somente com a decomposição do conceito em todos seus elementos constitutivos, tais como as classes, e, nestas, por conseqüência, destacando-se como elemento indissociável o *trabalho assalariado*, que é subordinado ao *capital*; *capital*, que se reproduz com a *divisão do trabalho*, e que tem como pressuposto conceitos como *valor*, *preço*, *dinheiro*, e assim por diante, é que se poderiam compreender o significado real de *População* e a complexa articulação entre os diversos conceitos subjacentes.

Ao se avançar nesse processo de “abstrações cada vez mais sutis”, continua Marx, poder-se-ia “alcançar as determinações mais simples”. Com base nelas, empreende-se o retorno à categoria *População*, não mais a encontrando como uma simples representação caótica do conjunto, mas sim como “uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações”. Nesse processo de determinação e particularização que resgata a concreticidade do objeto, este “Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o verdadeiro ponto de partida”.⁶

Para Marx, portanto, no processo de conhecimento do mundo objetivo, o contato com o imediatamente dado revela um todo caótico e desconhecido. Ao ser representado na consciência, esse todo carece ser decomposto num contínuo processo de análise e analogia com o já conhecido, para alcançar, via “abstrações cada vez mais tênues”, os conceitos mais simples entendidos como um passo a caminho das “generalizações determinadas, ou seja, delimitadas no conteúdo e na extensão”.⁷

A partir dos conceitos mais simples, num movimento de retorno - segundo Chasin, “no trânsito do abstrato ao concreto” -, um processo de síntese possibilita a recuperação do objeto concreto; possibilita que se alcance uma “rica totalidade com múltiplas determinações e relações”, obtendo-se assim “a reprodução do concreto pelo caminho do pensamento”. É o *método das duas vias (ida e volta)*, “manifestamente, o método científico correto”, segundo Marx.⁸

Essa passagem dos *Grundrisse* é reconhecidamente muito difícil, e sua interpretação tem provocado acirrados debates. O que faremos neste artigo é seguir a exploração que dela fez Lukács - em especial do aspecto da subjetividade nesse processo de captura do real.

A via de acesso da consciência ao real

O mundo objetivo é composto de infinitas mediações, compreendidas “enquanto cadeia viva entre a singularidade e a universalidade”.⁹ À consciência, elemento ativo no processo de

⁶ Marx, K. *Grundrisse* (edição em espanhol). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973, p. 21.

⁷ Chasin, J. “Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade”. In *Escrita/Ensaio*, 2. ed., São Paulo: Ed. e Livraria. Escrita, n.9, 1981, p. 60.

⁸ Marx, op. cit., p. 21.

⁹ Chasin, op. cit., p. 59.

reprodução social, é colocada a necessidade de produzir o conhecimento das situações singulares, das generalizações universais e do modo particular em que se articula o mundo objetivo. Caso assim não proceda, fica inviabilizada a realização das finalidades previamente concebidas pela consciência no ato do trabalho (locus da síntese de teleologia e causalidade)¹⁰; esta torna-se incapaz de gerar o novo, e, portanto, de assumir um domínio cada vez mais avançado da natureza.

Para Lukács, essa necessidade impõe ao sujeito

uma captação muito mais precisa da objetividade e, conseqüentemente, uma expressão mais exata que recolha precisa e inequivocadamente as determinações específicas do objeto de que se trata, mas abarcando ao mesmo tempo as conexões, relações, etc., que são imprescindíveis para a execução do processo de trabalho.¹¹

O movimento contínuo da realidade objetiva coloca sempre novos desafios à subjetividade, exigindo que o processo de conhecimento se renove a partir do contato com o objeto imediatamente dado. No cotidiano, é comum nos depararmos com algo desconhecido - e, portanto, para a consciência carente de determinações -, onde o imediatamente dado é visto como uma singularidade indeterminada. E, por ser indeterminada, é indizível.

É necessário, então, que ele seja analiticamente decomposto, relacionado a categorias universais já conhecidas, para que a subjetividade, descobrindo as suas mediações, possa identificar suas “legalidades particulares e gerais”.

Num primeiro momento, na ausência dos traços de universalidade necessários à determinação do imediatamente dado, encontrando-se ele impossibilitado de ser referenciado pela linguagem¹², tem-se a sensação de perda do objeto. Escapa à consciência o domínio imediato do novo. No entanto, impulsionada pelo movimento real das coisas e premida pela necessidade de garantir a sobrevivência e desenvolvimento humanos, torna-se inevitável o enfrentamento do real.

Nesse primeiro momento do processo gnosiológico, com base no conhecimento já adquirido na vivência histórico-social do sujeito, o pensamento utiliza-se da *intuição* para a escolha das possibilidades de investigação sugeridas pelo objeto, e para a busca das alternativas que viabilizem sua identificação, ou sua diferenciação.

O sujeito inicia o contato com o objeto singular num intenso exercício de abstração e mentalização. Nesse momento, a consciência tem na abstração o *locus* da negação do singular imediato. A abstração, como instrumento do pensamento, passa a negar a indizibilidade do singular num crescente processo de generalização sempre mais determinante, através da utilização de “abstrações isoladoras”.¹³ Estas, por sua vez, permitem que as noções iniciais promovidas pela análise sejam organizadas e selecionadas, ao mesmo tempo que superadas, quando do percurso pelo campo das mediações no sentido da particularidade.

¹⁰ O Trabalho, na concepção marxiana, é o momento da objetivação de uma prévia-ideação (teleologia) orientada à modificação da materialidade existente na esfera natural e social (causalidade). Sobre a importância decisiva da esfera gnosiológica para o trabalho ver Lessa, S. “A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukács”, Tese de Doutorado, UNICAMP, 1994.

¹¹ Lukács, G. *Estética*. V.3. Barcelona-México: Ed. Grijalbo, 1967, p. 201.

¹² De acordo com a concepção lukácsiana, a linguagem serve de veículo às conexões inicialmente determinadas no processo de generalização das intrínsecas características do ser. Mesmo a mais primária afirmação linguística pressupõe a presença de certo grau de universalidade, permitindo assim a transformação da mudez do objeto singular, considerada sempre a totalidade de suas mediações, em algo cada vez mais determinado.

¹³ Em sua Ontologia, Lukács se refere às abstrações isoladoras afirmando que “Quer tomemos a própria realidade imediatamente dada, ou mesmo seus complexos parciais, o conhecimento imediatamente direto da realidade imediatamente dada resulta em meras representações. Estas, por isso, devem ser melhor determinadas com -a ajuda de abstrações isoladoras.” Lukács, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Ed. Riuniti, VA, 1976-81, p. 285.

No uso das abstrações isoladoras, tanto as semelhanças como as diferenças assumem igual importância, devendo-se evitar a homogeneização simplificadora do real e a violentação de sua natureza objetiva. Assim, no desenvolvimento das generalizações dos traços sublinhados e na determinação da multiplicidade de características intrínsecas ao objeto mentado, preserva-se a unidade do diverso.

Ao embrenhar-se a subjetividade no processo de abstração do singular indizível apresenta-se um problema. Diversas generalizações tornam-se igualmente possíveis, sendo que nem todas levam à aproximação do concreto pelo pensamento. É, portanto, imprescindível que se alcance um nível de abstração “razoável”, que se pressuponha que “a intensificação do conhecimento da singularidade [seja], por sua vez, uma função de generalizações afortunadas, muito abarcantes, de ampla aplicabilidade, etc.”¹⁴ O grau de razoabilidade é percebido pela subjetividade através da mediação da práxis social, e na objetivação do trabalho que se torna, assim, o ato probatório da realização final de um acertado processo de abstração e de especificação das noções inicialmente formuladas.

Em suma, o processo de conhecimento empreendido pela subjetividade depara-se, num primeiro momento, com a representação caótica do todo, que passa a ser “volatilizada em uma determinação abstrata” com base na definição de seus traços mais especificadores. Caminha, portanto, no sentido da generalização e vai afastando-se daquele estado indizível até atingir os conceitos simples.

Esse momento, sublinhemos, refere-se ao caminho de ida. O segundo momento é aquele em que “as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto”; constitui-se no caminho de volta ao objeto mediante a conquista da concreticidade antes oculta.

Argumenta Lukács que a quebra da indizibilidade da singularidade processa-se num dinâmico ato de *negação*, ao isolá-la abstratamente de sua materialidade imediata e defini-la em cada vez mais elaborados conceitos; e de *reflexão*, pois o impulso originário vem da realidade exterior e imediata, sendo que ambos os movimentos exigem que o retorno seja não mais àquele singular imediato, mas sim ao concreto pensado imbuído das mediações necessárias à sua generalidade determinada, ou seja, à forma de particularização do objeto.

Nesse momento do processo de aproximação ao real, mesmo de posse de um certo grau de determinação e dos conceitos simples, permanece ainda insatisfeita a necessidade de determinar a qual dado objeto se refere, “mesmo quebrada a indizibilidade do singular com a abstração dizível, [isto] ainda não é suficiente para determinar *este* singular, mas sim permanece referido a uma infinidade de *estes* sem resgatar sua concreticidade. As abstrações processadas restringem-se a *generalizações indeterminadas*”. Caso se parasse por aqui, “O concreto permaneceria oculto e a abstração dizível manter-se-ia dizendo sempre a sua mesma pobre abstração.”¹⁵

Coloca-se assim como necessário dar o próximo passo no caminho do conhecimento do real, iniciando-se a síntese das múltiplas determinações, ou seja, o caminho *de volta* ao concreto pensado.

A abstração passa a negar-se ao alcançar um nível de generalização mais determinada, fazendo com que o pensamento percorra o campo de mediações entre a singularidade e a universalidade no sentido de aproximação do concreto, ou melhor, da particularidade enquanto *veículo do determinado*: “enquanto categoria portadora da ‘função criadora de determinação’, seja delimitando o universal, seja expandindo o singular.”¹⁶

No exercício do conhecimento, por esse caminho de volta, estará superada a fase de contato inicial com a individualidade imediata do ser, e realizada, na processualidade concreta vivenciada pela consciência, a determinação efetiva das especificidades do ser.

¹⁴ Lukács, G. Estética. V.3. Barcelona-México: Ed. Grijalbo, 1967, p.206.

¹⁵ Chasin, op. cit., p.64.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 65.

Ter-se-á não mais uma representação caótica do todo, mas uma rica totalidade de determinações, bem como a identificação, pelo pensamento, das múltiplas e diversas relações do real concreto.

Bases ontológicas da Particularidade

O modo de funcionamento do pensamento no conhecimento do real, no entanto, não significa que o real tenha como momento fundante o pensamento. Para Lukács,

A consciência se vê constrangida a comprovar e conceber mediações porque a vinculação dos objetos do mundo externo se baseia em grande medida nelas. A contraposição e a vinculação dialética da imediatez e a mediação existem também objetivamente, com independência da consciência.¹⁷

A exigência de o conhecimento tratar da singularidade¹⁸ em sua imediatez, dar-lhe voz ao projetá-la no plano da generalidade e de, ao percorrer o campo das mediações portador das determinações próprias ao objeto, retornar a ele como o concreto no pensamento é originária no próprio real. É a manifestação abstrato-subjetiva de como o mundo, externo à consciência, se comporta.

Esse modo de operar da subjetividade, além de refletir a lógica objetiva da particularidade, também é determinado por condicionantes histórico-sociais que circunstanciam a efetividade das abstrações e concreções por elas processadas. Segundo Lukács, “o grau dessa aproximação [da consciência ao real] está determinado pelas necessidades e as possibilidades do pensamento em cada estágio da evolução histórico-social.”¹⁹

Necessidades tais colocadas pela reprodução social que exigem que a consciência torne crescentemente visível o que lhe é desconhecido (e, portanto, oculto na sua imediatez), como condição à apreensão das particularidades presentes na realidade. E possibilidades, fomentadas pelo conhecimento e pela riqueza material acumulados social-historicamente, que proporcionem - às abstrações efetivadas pela consciência - a exploração de forma exaustiva e proveitosa das relações existentes no mundo objetivo com o fim de resgatar a particularidade do ser.

Na continuação do mesmo texto, Lukács ressalta que a afirmação acima carece de precisão quanto a seus efeitos, pois

Quando a subjetividade - ainda que condicionada histórico-socialmente - projeta efetivamente na realidade suas próprias necessidades e seus próprios desejos e os põe como realidade objetiva, se apresentam aquelas contradições [...], nas quais, caracteristicamente, o comportamento antropomorfizador não desemboca em uma reprodução da particularidade, senão em uma generalidade subjetivamente fundada.²⁰

Há uma clara distinção a ser ressaltada entre a necessidade projetada no plano da subjetividade e aquela colocada pela realidade objetiva. A imersão “dos próprios desejos” na realidade objetiva, compondo parcialmente essa objetividade, redundando em um comprometimento da captura da concreticidade do existente. Esse passa a ser constituído pela

¹⁷ Lukács, op. cit., p. 213.

¹⁸ Afirmação também válida no sentido do universal ao campo de mediações da particularidade, pois, segundo Lukács, ‘o determinante e o determinado não se enfrentam como dois mundos que se excluíram; o processo de determinação consta [...] da recíproca mutação entre ambos.’ (Idem, ibidem, p. 211)

¹⁹ Idem, ibidem, p. 206.

²⁰ Idem, ibidem, p.232

“generalidade subjetivamente fundada”; dissolve-se a “reprodução da particularidade” numa simples abstração etérea.

Em Lukács, é fundamental a afirmação de que a dimensão subjetiva da lógica da particularidade se refere à forma em que opera a consciência ao conhecer o objeto; objeto distinto dela e existente independente de seu prévio conhecimento. O objeto é dado no mundo real; mesmo com o trabalho, através do qual a ação consciente do sujeito pode gerar objetividades antes inexistentes, ainda assim permanecerão preservadas a exterioridade e a autonomia do ser ante o pensamento. O pensamento precisa, para iniciar o processo de conhecimento, do estímulo do próprio real; para Lukács, sentido inverso ao defendido por aqueles que concebem o real como produto de conceitos e valores fecundados pela consciência.

A partir de Marx, segundo o filósofo húngaro, está descartada a possibilidade de se conceber o objeto como produto do pensamento, num movimento de abstração isento de qualquer vinculação com a realidade. Há uma clara inversão no sentido defendido pelos idealistas, de origem hegeliana ou não, quanto à articulação do real com o pensamento.

O imediatamente dado no mundo objetivo constitui-se no ponto de partida do pensamento. Mas este, para conhecer o real, deve acionar seu poder de abstração e quebrar a indizibilidade imediata do ser atribuindo um caráter expansivo à singularidade; deve precisar os traços de universalidade na: relação com o mundo concreto. E, na recuperação das mediações existentes entre os pontos extremos - da singularidade e da universalidade -, deve recuperar o real enquanto concreto no pensamento.

De maneira enfática Lukács afirma, a respeito dos três graus de generalidade, que

não basta estabelecer que a natureza objetiva do mundo nos impõe a diferenciação entre singularidade, a particularidade e a generalidade, ou seja, que a afirmação humana dessas categorias é um elemental processo ditado pelo Em-si; há que compreender ademais que também a conexão dessas categorias é um processo elemental determinado pela objetividade.²¹

Isto posto, verifica-se uma relação dialética entre o objeto em-si e o produto do pensamento - uma reciprocidade entre o real e o conhecimento adquirido pela consciência.

Cabe salientar que, sempre segundo Lukács, a apreensão do real pelo pensamento consegue apenas uma aproximação do objeto e não uma reprodução perfeita, pois sua concreticidade é resultado de uma constante tensão entre a singularidade e a universalidade, que compõem um complexo campo de mediações constituído de uma gama de possibilidades altamente dinâmicas, conferindo a cada objeto um caráter particular e único. Portanto, o objeto é impossível de ser conhecido como um ser estacionário e alheio à pulsão dialética entre as categorias da generalidade.

Tanto o objeto como a subjetividade já serão outros no momento seguinte ao conhecimento inicial. Novas relações serão consumadas, sendo impossível a fixação de um único momento como o ponto final do conhecimento. E, ao tomar a subjetividade posse daquelas determinações do real, já se encontra capaz de realizar novas associações e gerar novos conhecimentos e novas objetividades.

Portanto, dada a forma, de ser do mundo real, é impossível a total identidade do sujeito e do objeto. À subjetividade só resta alcançar uma cada vez mais intensa aproximação do objeto através de um eficiente domínio de suas complexas determinações.

O processo “de ida e de volta” como forma genérica de proceder da subjetividade concebida como ontologicamente distinta do objeto: este é o núcleo decisivo da leitura de Lukács da passagem dos *Grundrisse* acima referida.

Com a lógica da particularidade ficam superadas as diversas posições filosóficas que oscilam entre os limites ao conhecimento do mundo objetivo pelo homem impostos pela fetichização do singular, ou do universal. E, também, ficam superadas as posições à Kant, que

²¹ Idem, *ibidem*, p.200.

reduzem o objeto ao mero fenômeno subjetivamente produzido. Com isso, fundamenta-se a capacidade dos homens para conhecer e, portanto, transformar o real. E, com todas as mediações cabíveis, de assumir conscientemente os destinos de sua própria história.